

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.134.934 - RJ (2017/0170448-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : TERRAZZO ATLANTICA RESTAURANTE LTDA**  
**ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RJ020283**  
**CAROLINA LYRIO CIMA NOLASCO E OUTRO(S) - RJ144358**  
**CATERINA MEDEIROS DE LUCA - RJ150321**  
**AGRAVANTE : PROMO 3 CONSULTORIA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**  
**ADVOGADOS : PAULO LOURENÇO DIAZ E OUTRO(S) - RJ102086**  
**ORLANDO AUGUSTO VIEIRA - RJ181370**  
**AGRAVANTE : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS DO**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ABIH/RJ**  
**ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE BARROS BERGQVIST - RJ081617**  
**RODRIGO CARPINTEIRO PERES E OUTRO(S) - RJ118716**  
**AGRAVADO : BRASITALIA FIREWORKS PROMOCOES E EVENTOS LTDA**  
**ADVOGADO : DIEGO ALVES DE CARVALHO - RJ114314**  
**AGRAVADO : WANIA PEREIRA MENDES**  
**ADVOGADOS : DARCY DE ASSIS VIANNA - RJ010705**  
**ESTER PEREIRA RANGEL DEL RIO - RJ098155**  
**JORGE DARCY GUIMARÃES DE ASSIS VIANNA - RJ107463**  
**ANNA MARIA PORTUGAL GUIMARÃES E OUTRO(S) - RJ049284**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ABIH/RJ**, contra decisão que deixou de admitir recurso especial interposto pela ora insurgente.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 2168, e-STJ):

Ação de Indenização pelo rito ordinário. Alegação da autora de que sofreu lesões durante uma queima de fogos de artifício realizada na festa de réveillon na praia de Copacabana, na virada do ano de 2000/2001. Sentença julgando improcedente o pedido em relação ao Município do Rio de Janeiro e procedente em parte quanto aos demais réus, concedendo R\$ 10.000,00 a título de dano moral e R\$ 100,00 de dano material. Recursos de Apelação Cível. Rejeição de Agravo Retido. Afastamento das preliminares. MANUTENÇÃO. Cabimento dos danos morais, pois restou demonstrado que as lesões sofridas pela autora foram em consequência da queima de fogos de artifício promovida pelos apelantes. Dano moral fixado moderadamente. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS.

Nas razões do apelo extremo (fls. 2330-2343, e-STJ), a recorrente apontou violação aos artigos 130, 330, I e 431-A do CPC/73 e 186 do Código Civil. Sustentou, em

síntese: **a)** a ocorrência de cerceamento de defesa, ante o julgamento antecipado da lide sem a oitiva das testemunhas arroladas; **b)** a exclusão da responsabilidade da recorrente em razão da nulidade completa do laudo; **c)** inadequado o valor arbitrado a título de danos morais, uma vez que se encontra dissociado da realidade dos autos, afrontando a razoabilidade e proporcionalidade; **d)** indevida condenação por danos materiais.

Contrarrazões às fls. 2410-2424, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 2718-2724, e-STJ), a Corte local não admitiu o recurso, dando ensejo a interposição do presente agravo (fls. 2775-2791, e-STJ), no qual a insurgente infirma o conteúdo da decisão agravada.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

**1.** De início, a insurgente aponta violação aos artigos 130, 330, I e 431-A do CPC/73, ao argumento de que houve cerceamento do seu direito de defesa, ante o julgamento antecipado da lide, sem a oitiva das testemunhas arroladas, bem assim a nulidade do laudo que serviu de apoio ao julgado.

O Tribunal *a quo*, no ponto, assim decidiu:

Rejeita-se a preliminar levantada de cerceamento de defesa, pois não se vislumbrou no caso presente a alegada violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, visto que a realização de prova testemunhal insere-se no poder do Magistrado, e ela foi bem rejeitada, com base no art. 130 do CPC, evitando o injustificável retardo processual com diligência inútil.

**No caso presente, ela afigura-se supérflua, já que a discussão é restrita à apuração dos responsáveis pela queima de fogos e dos danos causados à autora, o que foi constatado e avaliado através da prova pericial.**

Para completar, sequer foi informado o que se pretendia provar com a prova requerida.

É sabido que em nosso sistema legal somente haverá nulidade quando a não observância da forma redundar em prejuízo (CPC, 250 e parágrafo único).

A não observância do decreto legal só gerará nulidade se for atingida a finalidade legal com prejuízo para os litigantes.

Ora, a apelante fez gracioso pedido de nulidade, sem apontar o prejuízo sofrido. [...]

Logo, não houve qualquer irregularidade processual.

(fls. 2172-2173, e-STJ) [grifou-se]

**1.1.** Como se vê, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que não implica cerceamento de defesa o indeferimento da dilação probatória e julgamento antecipado da lide, notadamente quando as provas já apresentadas pelas partes sejam consideradas suficientes para a resolução da lide, como ocorrera no caso *sub judice*.

No ponto, rever o entendimento do Tribunal local acerca da suficiência das provas apresentadas pela parte para o julgamento antecipado da lide e a desnecessidade de prova testemunhal na hipótese demandaria o reexame do contexto fático probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. Neste sentido, precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS. **JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.** AGRAVO DESPROVIDO. 1. In casu, para se chegar à conclusão de que a prova cuja produção foi requerida pela parte seria ou não indispensável à solução da controvérsia, seria necessário se proceder ao reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, a teor do enunciado 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 841.164/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUDITORIA FINANCEIRA. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS AD EXITUM. **PRODUÇÃO DE PROVAS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.** 1. Segundo jurisprudência do STJ, ao juiz, como destinatário da prova, cabe indeferir as que entender impertinentes, sem que tal implique cerceamento de defesa. Incidência da Súmula 7 do STJ. [...] 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1044194/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO DE COBRANÇA. **ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7/STJ.** REVISÃO CONTRATUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 5/STJ. 1. A análise da ocorrência de cerceamento de defesa, em virtude do julgamento antecipado da lide, esbarra no óbice do Enunciado n.º 7/STJ, pois, para se concluir que a prova documental não seria suficiente, a justificar a necessidade de produção de outras provas, seria necessário o reexame de circunstâncias fáticas e do conjunto probatório constante nos autos. [...] 4. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp 1441476/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 19/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. TÍTULO EXECUTIVO. LIQUIDEZ. PRECEDENTES. **ART. 130 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REEXAME DE**

**MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ.** [...] 3. A determinação da realização de provas, a qualquer tempo e sob o livre convencimento do magistrado, é uma faculdade deste, incumbindo-lhe sopesar sua necessidade e indeferir diligências inúteis, protelatórias ou desnecessárias. **Dessa forma, o juízo acerca da produção da prova compete soberanamente às instâncias ordinárias e o seu reexame, na estreita via do recurso especial, encontra o óbice de que trata o verbete nº 7 da Súmula desta Corte.** 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 576.838/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 03/02/2016) [grifou-se]

Desta forma, para alterar os fundamentos da decisão impugnada acerca da necessidade de produção de outras provas além daquelas acostadas aos autos, seria imprescindível a reavaliação do conjunto fático-probatório, o que é inviável no âmbito do recurso especial, haja vista o teor da supracitada Súmula 7 do STJ.

**1.2.** Também encontra guarida no entendimento desta Corte, a conclusão do acórdão recorrido no sentido de que somente haverá decretação de nulidade, se demonstrado prejuízo. Precedentes: AgInt no REsp 1543641/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 30/10/2019; AgInt no REsp 1342007/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019.

Incidência, no ponto, do teor da Súmula 83/STJ.

**2.** A insurgente aponta, ainda, violação ao artigo 186 do Código Civil, ao argumento de que "*merece reforma por esta E. Corte o valor fixado a título de indenização por danos morais, uma vez que o mesmo encontra-se dissociado da realidade dos autos*" (fl. 2338, e-STJ). Aduz, ainda, que a indenização por danos morais deve ser fixada com proporcionalidade e razoabilidade, sem se tornar fonte de lucro.

No particular, denota-se que o dispositivo apontado como violado - *art. 186 do Código Civil* - trata da prática de ato ilícito, não guardando correlação com a tese sustentada pela recorrente de desproporção da verba indenizatória, caracterizando a deficiência na fundamentação recursal, a atrair a aplicação analógica da Súmula 284/STF. Precedentes: AgInt no AREsp 1441918/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 27/06/2019; AgInt no MS 24.685/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/05/2019, DJe 31/05/2019.

Ademais, não fosse a incidência do aludido óbice, no tocante aos requisitos da responsabilidade civil - que ensejaram na responsabilização da recorrente - e ao *quantum* indenizatório, a pretensão recursal encontra óbice na Súmula 7/STJ, porquanto demanda o reexame de fatos e provas dos autos, a saber:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADO COM PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES. DANO MORAL CARACTERIZADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...] 2. O acolhimento da pretensão recursal quanto à alegada inexistência do ato ilícito e do dever de indenizar à parte recorrida pelos danos morais

causados, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1180586/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 21/03/2018) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ. [...] 3. A jurisprudência deste STJ se firmou no sentido de ser inadmissível, em sede de recurso especial, a revisão do quantum indenizatório arbitrado a título de danos morais, em face do disposto na Súmula 7 desta Corte, salvo em casos de flagrante exorbitância ou irrisoriedade, o que não ocorre na espécie. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 142.317/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015) [grifou-se]

Por fim, no tocante a alegação de ser indevida a concessão de verba por dano material, deduzida à fl. 2342, e-STJ, nota-se que a insurgente não logrou apontar qual dispositivo que teria sido violado, a atrair a aplicação da Súmula 284/STF, por analogia. Nesse sentido: AgRg no AREsp 572.796/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 23/04/2015.

**3.** Do exposto, **nego provimento** ao agravo interposto por ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ABIH/RJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator